AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
https://www.editorasolucao.com.br/

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

MONTEIRO-PB

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO - PARAÍBA

Auxiliar Administrativo

EDITAL 01/2025

CÓD: SL-033ST-25
7908433282426

Língua Portuguesa

1. Leitura, interpretação e análise de textos: compreensão literal, inferencial e crítica em diferentes gêneros 9
2. Estrutura textual: coesão (referencial, sequencial e lexical) e coerência (temática, lógica e pragmática) 10
3. Funções da linguagem 11
4. Denotação e conotação; homônimos e parônimos 11
5. Ortografia e acentuação: regras vigentes segundo o Acordo Ortográfico, emprego do hífen, uso de maiúsculas/minúsculas 12
6. Morfologia: classes de palavras (variáveis e invariáveis) 14
7. Flexões nominais e verbais 23
8. Processos de formação (derivação, composição, hibridismo, abreviação e siglas) 25
9. Sintaxe da oração e do período: termos essenciais, integrantes e acessórios; tipos de predicado; orações coordenadas e subordinadas 26
10. Concordância: nominal e verbal, incluindo casos especiais e de uso facultativo 29
11. Regência e crase: regência nominal e verbal 30
12. Emprego da crase em contextos obrigatórios, proibidos e facultativos 32
13. Colocação pronominal: próclise, ênclise e mesóclise; regras normativas e variações estilísticas 33
14. Pontuação: uso normativo da vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos, aspas, travessão e parênteses 35
15. Figuras de linguagem: figuras de som, construção, pensamento e palavra 36
16. Variação linguística: usos da língua em diferentes contextos sociais e regionais; noções de preconceito linguístico 39

Matemática

1. Conjuntos Numéricos. Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais: propriedades e operações fundamentais. Representação decimal e fracionária. Operações e Propriedades. Potenciação, radiciação 47
2. Fatores, múltiplos, MMC e MDC 59
3. expressões numéricas com prioridade de operações 59
4. Álgebra. Equações e inequações do 1º e 2º graus 63
5. Sistemas lineares com duas equações e duas incógnitas 67
6. Produtos notáveis e fatoração 69
7. Razões, proporções 70
8. regra de três (simples e composta) 72
9. Funções. Função afim (1º grau): definição, gráfico e interpretação. Função quadrática (2º grau): conceito, vértice, raízes e gráfico 73
10. Geometria Plana. Figuras planas: perímetro e área (triângulo, quadrado, retângulo, círculo, trapézio). Ângulos: tipos e propriedades. Teorema de Pitágoras. Teorema de Tales 80
11. Geometria Espacial. Prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas: volume e área total 86
12. Grandezas e Medidas. Sistema métrico decimal: unidades de comprimento, área, volumemassa, capacidade e tempo. Conversão de unidades 91
13. Sistema monetário brasileiro 94
14. Matemática Financeira. Porcentagem, acréscimos e descontos 97

Conhecimentos Gerais

1. Constituição Federal de 1988 107
2. Domínio de tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais como: Ciências, Política, Economia, História e Geografia do Brasil, do Estado da Paraíba e do Município de Monteiro - PB. Atualidades; Fatos relevantes do Brasil e do mundo nos últimos 12 meses: Principais acontecimentos políticos e econômicos. Pandemias, crises sanitárias e ações globais de saúde pública. Conflitos internacionais e seus impactos. Eleições, mudanças de governo e políticas públicas recentes 107
3. Lei Organica do Município de Monteiro 212
4. Lei No. 8.112/90 (Estatuto do Servidor Público) 228
5. Formação histórica do Brasil: Colonização e a chegada dos portugueses. Ciclos econômicos: Pau-brasil, Cana-de-açúcar, Mineração, Café. Movimentos de resistência e independência (Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana, Independência do Brasil). Proclamação da República e os ciclos políticos do Brasil (Era Vargas, Ditadura Militar, Redemocratização) 254
6. Principais eventos da história do município: Fundadores e o processo de urbanização. Contribuição do município para a história regional. Festas e eventos tradicionais. Personalidades históricas do município 255
7. Geografia física e humana do Brasil: Grandes regiões brasileiras e suas características. Climas do Brasil e sua distribuição. Relevo: Planícies, Planaltos, Depressões. Hidrografia: Principais bacias hidrográficas. População: Crescimento, Distribuição, Urbanização 256
8. Características geográficas do município: Relevo e suas influências na ocupação e economia. Clima local e sua influência na agricultura. Vegetação predominante e áreas de preservação. Principais rios e corpos d'água 257
9. Aspectos socioeconômicos do Brasil e do município: Indicadores sociais: Educação, Saúde, Emprego. Economia local: Setores predominantes, Agricultura, Indústria, Serviços. Desenvolvimento urbano e rural. Desigualdades regionais e políticas de desenvolvimento 258
10. Cultura, economia, sociedade e política brasileira: Impactos das políticas públicas na vida dos cidadãos 259
11. Movimentos sociais e direitos civis 260
12. Cultura pop e tendências culturais contemporâneas 263
13. Mudanças econômicas recentes e seus efeitos na sociedade 265
14. Questões ambientais e desenvolvimento sustentável: Desmatamento, queimadas e conservação de biomas. Políticas de combate às mudanças climáticas. Gestão de recursos naturais e energias renováveis. Iniciativas de sustentabilidade e consumo consciente 268
15. Direitos humanos e cidadania: Direitos fundamentais e liberdades públicas. Políticas de inclusão e combate à discriminação. Direitos das minorias: indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência. Participação cidadã e controle social 270
16. Inovações tecnológicas e impacto na sociedade: Revolução digital e economia 4.0. Inteligência artificial e suas aplicações. Impacto das redes sociais na comunicação e cultura. Desafios éticos e legais das novas tecnologias 271
17. Meio Ambiente; Conceitos básicos de ecologia e meio ambiente: Ecossistemas: Estrutura, Funcionamento, Tipos 276
18. Biodiversidade: Importância, Conservação, Perda de espécies 277
19. Ciclos biogeoquímicos: Água, Carbono, Nitrogênio 280
20. Problemas ambientais contemporâneos: Poluição do ar, água e solo 283
21. Esgotamento de recursos naturais: água, energia, solos férteis 287

22. Mudanças climáticas e suas consequências: Aquecimento global, derretimento das calotas polares, elevação do nível do mar. Desertificação e degradação dos solos 289
23. Políticas públicas de proteção ao meio ambiente: Legislação ambiental brasileira: Código Florestal, Lei da Mata Atlântica, Lei de Crimes Ambientais 292
24. Unidades de conservação: Parques nacionais, reservas ecológicas, áreas de proteção permanente. Políticas de incentivo à reciclagem e redução de resíduos. Programas de preservação da água e manejo sustentável de bacias hidrográficas 294
25. Desenvolvimento sustentável: Conceito de sustentabilidade e seus pilares: ambiental, econômico, social. Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tecnologias limpas e economia circular. Práticas sustentáveis na agricultura, pecuária e indústria 297

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE TEXTOS: COMPREENSÃO LITERAL, INFERENCIAL E CRÍTICA EM DIFERENTES GÊNEROS

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.

"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa ***incorreta***.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) *"Educação para todos"* inclui também os deficientes.

Resolução:

Alternativa A – Correta: A inclusão social está garantida na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos que tratam dos direitos fundamentais e da educação (art. 205 e art. 206), bem como na garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência (art. 208, III).

Alternativa B – Incorreta: O complemento "mais ou menos severas" refere-se às deficiências mencionadas no texto, e não às leis. Assim, a afirmação de que "as leis podem ser mais ou menos severas" não tem respaldo no trecho fornecido.

Alternativa C – Correta: O direito à educação é universal, ou seja, abrange todas as pessoas, incluindo aquelas com ou sem deficiência. Isso está de acordo com o trecho apresentado.

Alternativa D – Correta: O texto menciona explicitamente a inclusão de pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, confirmando a afirmação.

Alternativa E – Correta: A expressão "educação para todos" inclui também as pessoas com deficiência, o que está claramente expresso no texto.

Resposta: Letra B.

ESTRUTURA TEXTUAL: COESÃO (REFERENCIAL, SEQUENCIAL E LEXICAL) E COERÊNCIA (TEMÁTICA, LÓGICA E PRAGMÁTICA)

Sumariamente, as concordâncias verbal e nominal estudam a sintonia entre os componentes de uma oração.

▪ **Concordância verbal**: refere-se ao verbo relacionado ao sujeito, sendo que o primeiro deve, obrigatoriamente, concordar em número (flexão em singular e plural) e pessoa (flexão em 1ª, 2ª, ou 3ª pessoa) com o segundo. Isto é, ocorre quando o verbo é flexionado para concordar com o sujeito.

▪ **Concordância nominal**: corresponde à harmonia em gênero (flexão em masculino e feminino) e número entre os vários nomes da oração, ocorrendo com maior frequência sobre os substantivos e o adjetivo. Em outras palavras, refere-se ao substantivo e suas formas relacionadas: adjetivo, numeral, pronome, artigo. Tal concordância ocorre em gênero e pessoa.

Casos específicos de concordância verbal:

▪ **Concordância verbal com o infinitivo pessoal**: existem três situações em que o verbo no infinitivo *é* flexionado:

I – Quando houver um sujeito definido;

II – Para determinar o sujeito;

III – Quando os sujeitos da primeira e segunda oração forem distintos.

Observe os exemplos:

"*Eu* pedi para *eles fazerem* a solicitação."

"*Isto* é para *nós solicitarmos*."

▪ **Concordância verbal com o infinitivo impessoal:** não ocorre flexão verbal quando o sujeito não é definido. O mesmo acontece quando o sujeito da segunda oração é igual ao da primeira, em locuções verbais, com verbos preposicionados e com verbos no imperativo.

Exemplos:

"Os *membros* conseguiram *fazer* a solicitação."

"*Foram* proibidos de realizar o atendimento."

▪ **Concordância verbal com verbos impessoais**: nesses casos, o verbo ficará sempre em concordância com a 3ª pessoa do singular, tendo em vista que não existe um sujeito.

Observe os casos a seguir:

Verbos que indicam fenômenos da natureza, como *anoitecer*, *nevar*, *amanhecer*.

Exemplo: "Não *chove* muito nessa região" ou "Já *entardeceu*.»

O verbo *haver* com sentido de existir. Exemplo: "*Havia* duas professoras vigiando as crianças."

O verbo *fazer* indicando tempo decorrido. Exemplo: "*Faz duas horas* que estamos esperando."

▪ **Concordância verbal com o verbo *ser***: diante dos pronomes tudo, nada, o, isto, isso e aquilo como sujeitos, há concordância verbal com o predicativo do sujeito, podendo o verbo permanecer no singular ou no plural:

"Tudo que eu desejo *é/são* férias à beira-mar."

"Isto *é* um exemplo do que o ocorreria." e "Isto são exemplos do que ocorreria."

▪ **Concordância verbal com pronome relativo quem:** o verbo, ou faz concordância com o termo precedente ao pronome, ou permanece na 3ª pessoa do singular:

"Fui *eu* quem *solicitou*." e "Fomos *nós* quem *solicitou*."

▪ **Concordância verbal com pronome relativo que**: o verbo concorda com o termo que antecede o pronome:

"Foi *ele* que *fez*." e "Fui *eu* que *fiz*."

"Foram *eles* que *fizeram*." e "Fomos *nós* que *fizemos*."

▪ **Concordância verbal com a partícula de indeterminação do sujeito *se*:** nesse caso, o verbo cria concordância com a 3ª pessoa do singular sempre que a oração for constituída por verbos intransitivos ou por verbos transitivos indiretos:

"*Precisa-se* de cozinheiro." e "*Precisa-se* de cozinheiros."

▪ **Concordância com o elemento apassivador *se***: aqui, o verbo concorda com o objeto direto, que desempenha a função de sujeito paciente, podendo aparecer no singular ou no plural:

"Aluga-se galpão." e "Alugam-se galpões."

▪ **Concordância verbal com as expressões *a metade*, *a maioria*, *a maior parte***: preferencialmente, o verbo fará concordância com a 3ª pessoa do singular. Porém, a 3ª pessoa do plural também pode ser empregada:

"A maioria dos alunos entrou" e "A maioria dos alunos entraram."

"Grande parte das pessoas entendeu." e "Grande parte das pessoas entenderam."

▪ **Concordância nominal com muitos substantivos:** o adjetivo deve concordar em gênero e número com o substantivo mais próximo, mas também concordar com a forma no masculino no plural:

"Casa e galpão alugado." e "Galpão e casa alugada."

"Casa e galpão alugados." e "Galpão e casa alugados."

▪ **Concordância nominal com pronomes pessoais:** o adjetivo concorda em gênero e número com os pronomes pessoais:

"Ele é prestativo." e "Ela é prestativa."

"Eles são prestativos." e "Elas são prestativas."

▪ **Concordância nominal com adjetivos:** sempre que existir dois ou mais adjetivos no singular, o substantivo permanece no singular. Se o artigo não aparecer, o substantivo deve estar no plural:

"A blusa estampada e a colorida." e "O casaco felpudo e o xadrez."

CONJUNTOS NUMÉRICOS. NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, IRRACIONAIS E REAIS: PROPRIEDADES E OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS. REPRESENTAÇÃO DECIMAL E FRACIONÁRIA. OPERAÇÕES E PROPRIEDADES. POTENCIAÇÃO, RADICIAÇÃO

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $\mathbb{N}$ = {0, 1, 2, 3, 4, **...**}.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ($\mathbb{N}$)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N}$ = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, ...}

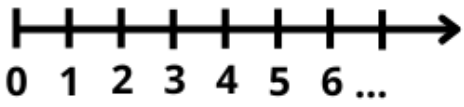
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$\mathbb{N}^*$ = {1, 2, 3, 4...} ou $\mathbb{N}^*$ = $\mathbb{N}$ – {0}: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$\mathbb{N}p$ = {0, 2, 4, 6...}, em que n ∈ $\mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.

$\mathbb{N}i$ = {1, 3, 5, 7..}, em que n ∈ $\mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.

P = {2, 3, 5, 7..}: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: 6 + 4 = 10, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando quando a-b tal que a ≥ b.

Exemplo: 200 – 193 = 7, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

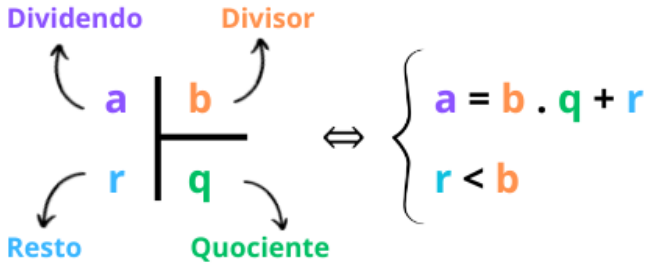
Exemplo: 3 x 5 = 15, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: 3 x 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ". ", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

– Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. 45 : 9 = 5

– Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. 45 = 5 x 9

– A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q, então poderíamos escrever: n ÷ 0 = q e isto significaria que: n = 0 x q = 0 o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em ℕ

1) Associativa da adição: (a + b) + c = a + (b + c)

2) Comutativa da adição: a + b = b + a

3) Elemento neutro da adição: a + 0 = a

4) Associativa da multiplicação: (a.b).c = a. (b.c)

5) Comutativa da multiplicação: a.b = b.a

6) Elemento neutro da multiplicação: a.1 = a

7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição: a.(b +c) = ab + ac

8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: a .(b –c) = ab – ac

9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1. Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

(A) 3 642.
(B) 3 828.
(C) 4 093.
(D) 4 167.
(E) 4 256.

Solução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

5000 / 6 = 833 + resto 2.

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

2. João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Brancos	18	25
Abstenções	183	175

(A) 3995
(B) 7165
(C) 7532
(D) 7575
(E) 7933

Solução:

Vamos somar a 1ª Zona: 1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951

2ª Zona: 2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982

Somando os dois: 2951 + 4982 = 7933

Resposta: E.

3. Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

(A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
(B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
(C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
(D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
(E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Solução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: 450 ÷ 30 = 15

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: 450 ÷ 25 = 18.

Resposta: A.

4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

(A) 1
(B) 2
(C) 3
(D) 4
(E) 5

Solução:

Divisão: 32÷6=5 grupos completos, com 32 − (6 × 5) = 2 alunos sobrando.

Resposta: B.

CONHECIMENTOS GERAIS

DOMÍNIO DE TÓPICOS ATUAIS, RELEVANTES E AMPLAMENTE DIVULGADOS, EM ÁREAS DIVERSIFICADAS, TAIS COMO: CIÊNCIAS, POLÍTICA, ECONOMIA, HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO BRASIL, DO ESTADO DA PARAÍBA E DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO - PB. ATUALIDADES; FATOS RELEVANTES DO BRASIL E DO MUNDO NOS ÚLTIMOS 12 MESES: PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS. PANDEMIAS, CRISES SANITÁRIAS E AÇÕES GLOBAIS DE SAÚDE PÚBLICA. CONFLITOS INTERNACIONAIS E SEUS IMPACTOS. ELEIÇÕES, MUDANÇAS DE GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS RECENTES

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na "Área do Cliente".

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certeiro.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; (Vide Lei nº 9.296, de 1996)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;